

POSSIBILIDADES DE COMO TRABALHAR AS PRÁTICAS DE LINGUAGEM EM SALA DE AULA

LANGUAGE AND TEACHING POSSIBILITIES OF HOW TO TEACH LANGUAGE
POSIBILIDAD DE CÓMO TRABAJAR LAS PRÁCTICAS DEL LENGUAJE EN EL AULA

Moisés José Rosa Souza¹
Dagoberto Buim Arena²

Resumo: A linguagem está presente em todas as ações humanas. Ao longo da história, ela vem possibilitando ao homem se comunicar, apreender conhecimentos já construídos, interagir com o outro e seus discursos e criar enunciados, orais ou escritos, presentes na sociedade. Este artigo trata da linguagem e de como ensiná-la consoante à Filosofia da Linguagem. Com as contribuições teóricas de Volóchinov (2013, 2017) e Bakhtin (1997, 2016), principalmente, e pela experiência docente dos autores, o texto discute como efetivar um trabalho em sala de aula com a linguagem de modo que o processo atue na formação linguística, individual e social dos alunos envolvidos. Conclui-se que, pela natureza dinâmica, social e histórica da linguagem, entendida como fenômeno criado pela necessidade humana, o ensino deve privilegiar as práticas de linguagem, a partir da apreensão e construção de enunciados verbais presentes no cotidiano que traduzem e moldam a realidade, propiciando aos alunos agirem socialmente.

Palavras-chave: Linguagem; práticas de linguagem; ensino; sujeito.

Abstract: Language is present in all human actions. Throughout history, it has enabled man to communicate, to apprehend knowledge already built, to interact with others and their speeches and to create statements, oral or written, present in society. This article deals with language and how to teach it according to the Philosophy of Language. With the theoretical contributions of Volóchinov (2013, 2017) and Bakhtin (1997, 2016), mainly, and by the teaching experience of the authors, the text discusses how to carry out work in the classroom with language so that the process acts in the formation linguistic, individual and social aspects of the students involved. We conclude that, due to the dynamic, social and historical nature of language, understood as a phenomenon created by human need, teaching must privilege language practices, based on the apprehension and construction of verbal statements present in everyday life that translate and shape reality, enabling students to act socially.

Keywords: Language; language practices; teaching; subject.

Resumen: El lenguaje está presente en todas las acciones humanas. A lo largo de la historia, ha permitido a los hombres comunicarse, aprender conocimientos ya construidos, interactuar con los demás, sus discursos y crear declaraciones, orales o escritas presentes en la sociedad. Este artículo trata sobre el lenguaje y cómo enseñarlo de acuerdo con la Filosofía del Lenguaje. Con los aportes teóricos de Volochinov (2013, 2017) y Bakhtin (1997, 2016), principalmente, y debido a la experiencia docente de los autores, el texto discute cómo realizar un trabajo en el aula con el lenguaje para que actúe el proceso en la formación lingüística, individual y social de los alumnos implicados. Se concluye que, debido al carácter dinámico, social e histórico del lenguaje, entendido como un fenómeno creado por la necesidad humana, la enseñanza debe privilegiar las prácticas del lenguaje, a partir de la enseñanza y construcción de enunciados verbales presentes en la vida cotidiana que traducen y dan forma a la realidad, permitiendo a los estudiantes actuar socialmente.

Palabras clave: Lenguaje; prácticas lingüísticas; enseñando; tema.

¹ Professor do Instituto Federal de Rondônia, Campus Colorado do Oeste, Rondônia, Brasil. moisesjoserosasouza@hotmail.com. <https://orcid.org/0000-0001-9916-5128>

² Professor Adjunto do Departamento de Didática e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, São Paulo, Brasil. dagobertobuim@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0001-9285-6487>

INTRODUÇÃO

Pesquisar a linguagem e refletir sobre ela, nas dimensões em que se manifesta na realidade, sobretudo por aqueles que a trabalham cotidianamente em sala de aula, não é algo fácil, mas deve ser tarefa recorrente, já que ela, como criação histórica e social, é imprescindível aos sujeitos e se encontra em quase todas as ações da vida. Com ela, o ser humano compreende o mundo, expressa-se neste mundo e interage com os que com ele têm contato e, nessa dinâmica dialógico-interacional, constitui-se como ser pensante e ativo, ou seja, como cidadão partícipe na sociedade em que está inserido.

A questão aqui exposta trata de linguagem e de ensino e, com as considerações aventadas, intentamos contribuir para redefinir a prática docente, sobretudo, quanto ao ensino da linguagem, e, ainda, expandir o conhecimento científico acerca do processo de criação de enunciados verbais, por meio das práticas de linguagem, os quais atuam na formação da consciência linguística, individual e social dos envolvidos no processo.

Discutimos a linguagem, na perspectiva da Filosofia da Linguagem (FL), o enunciado, o signo ideológico e a interação, bem como sua força e atuação na formação e expansão da consciência linguística, individual e social quando em uso pelos falantes e escreventes da linguagem verbal. Na sequência, debatemos a relação da linguagem e o ensino, ou antes: como deve ser o ensino da linguagem na perspectiva da FL.

Antes de iniciarmos, é importante explicar a opção por alguns termos recorrentes neste trabalho como *linguagem* e *enunciado*, em vez de *língua* e *texto*. Estes estão clarificados na ciência por muitas

teorias linguísticas, e não é nossa intenção desprezá-los, pelo contrário, sua validade é referendada pelo conhecimento que as pessoas têm deles e pelos usos que fazem corriqueiramente. É importante frisar que a opção decorre da intenção de se manter coerência teórica com a teoria da Filosofia da linguagem já que, por vezes, muitos, inclusive estudiosos e pesquisadores, tomam termos como sinônimos, mas como não são, o fato de não se especificá-los pode comprometer tanto a significação quanto a compreensão do que se intenta expressar.

Começamos pelos termos *língua* e *linguagem*. É possível encontrar inúmeras definições para o termo *língua*, mas aqui citamos a que julgamos mais comum. O conceito vem de Saussure (2002, p. 133) para o qual “A língua [é] um sistema em que os termos são solidários e o valor de um resulta tão-somente da presença simultânea de outros”.

Nessa perspectiva teórica, a *língua* é tomada como sistema, afirma que ela é a parte social da linguagem e que só um indivíduo não é capaz de criá-la ou mudá-la. Para o autor, “Enquanto a linguagem é heterogênea, a língua assim delimitada é de natureza homogênea: constitui-se num sistema de signos onde, de essencial, só existe a união do sentido e da imagem acústica, e onde as duas partes do signo são igualmente psíquicas” (SAUSSURE, 2006, p. 16). Mesmo que em algumas citações o termo *língua* apareça, optamos por usar o termo *linguagem*, distante da concepção saussuriana, segundo o qual a linguística tem como objeto fundamental a língua, que é considerada em si e por si mesma (SAUSSURE, 2006).

Consideramos *língua* como abstrata, que dá estabilidade à linguagem, mas não se manifesta. É a linguagem que se concretiza

por meio de enunciados verbais que os sujeitos criam nas trocas e interações dialógicas cotidianas. Esse entendimento fica evidente nas palavras de Volóchinov (2017, p.224), quando expressa que “*A língua como um sistema estável de formas normativas idênticas é somente uma abstração científica [...]. Essa abstração não é adequada à realidade concreta da língua*” e, continua afirmando que “*A língua é um processo ininterrupto de formação, realizado por meio da interação sociodiscursiva dos falantes*”.

Entendemos que, quando Volóchinov alude a ‘*um processo ininterrupto de formação, realizado por meio da interação sociodiscursiva*’ refere-se à linguagem, porque, por língua, diz entender ‘*um sistema estável de formas normativas idênticas*’, ou seja, a parte estável da linguagem. Assim, a opção pelo termo *linguagem* se deu para delimitar sua atuação em relação ao termo *língua*: a língua como parte e estabilização das atividades de linguagem em um dado momento histórico, ou seja, por um recorte histórico, um produto – *ergon* –, e a linguagem como atividade – *energia* –, manifestada pelas ações humanas por meio dos enunciados que são criados – totalidade – (VOLOCHINOV, 2017). Do ponto de vista sociológico, a língua é um produto, é descrição, algo estabilizado, imobilizado, enquanto a linguagem está sempre em movimento nos usos que os sujeitos fazem dela.

Assim como *linguagem*, decidimos usar o termo *enunciado* no lugar de *texto*. Essa opção se justifica também para nos alinhar à teoria da FL, na perspectiva de Volóchinov, principalmente no livro *Marxismo e Filosofia da Linguagem* - MFL. Obviamente, o termo *texto* aparece em citações, sobretudo, mas na discussão que empreendemos, optamos pelo termo *enunciado*.

A LINGUAGEM NA PERSPECTIVA DA FILOSOFIA DA LINGUAGEM

De todas as invenções humanas, a linguagem é a mais fascinante. Por meio dela, foi possível ao homem produzir e expandir conhecimentos diversos sobre o mundo visível e o imaginário. De tempos mais remotos até hoje, ela continua a possibilitar que o sujeito apreenda conhecimentos, construa e partilhe outros necessários à vida em sociedade, logo não é forçoso dizer que a linguagem continua sendo o maior empreendimento humano, como afirma Fiorin (2003, p.06):

O fascínio que a linguagem sempre exerce sobre o homem vem desse poder que permite não só nomear/criar/transformar o universo real, mas também possibilita trocar experiências, falar sobre o que existiu, poderá vir a existir, e até mesmo imaginar o que não precisa nem pode existir.

Desde que fora empreendida pelos homens, o entendimento da linguagem não é uno, pelo contrário, a heterogeneidade de entendimento revela a grandeza que é e, pela sua natureza dinâmica, está sempre se construindo.

Aqui, a linguagem não é entendida como expressão do pensamento, pois não concebemos a ideia de que o pensamento seja promotor da linguagem, ou esta seja resultado daquele. Se assim o fosse, precisaria o sujeito pensar antes para conseguir usar a linguagem. A contradição desse entendimento reside no fato de, como questiona Geraldi (2011): se a pessoa não se expressa é porque também não pensa? A isso, equivale dizer que, se o sujeito tem dificuldade para articular a linguagem, terá, conseqüentemente, também dificuldades

para organizar o pensamento. Nota-se, portanto, a fragilidade do entendimento que coloca a linguagem como dependente do pensamento.

Outra forma bastante difundida é a linguagem considerada como instrumento de comunicação. Não negamos que a linguagem propicia aos falantes e escreventes que se comuniquem socialmente, porém, acreditamos que ela seja muito mais que isso. Se a considerarmos apenas como elemento de comunicação, esvaziam-se suas possibilidades e potencialidades de uso. Se assim a entendêssemos, teríamos de, ao mesmo tempo, tomá-la como sistema, passível de descrição e, conseqüentemente, de normatização e isso faz pouco sentido se se considerar a linguagem como atividade que atua na formação humana.

Em contraponto a essas concepções, permitimo-nos compreender a linguagem como atividade ou processo segundo o qual quem a controla não são regras pré-estabelecidas, sua gramática interna, mas o falante ou escrevente na dinâmica social em que estão inseridos. Neste contexto, a linguagem se abre a possibilidades, tanto de construção interna (a linguagem se constrói à medida que é usada), como constituinte do próprio sujeito. Esse entendimento encontra guarida em Colello (2012, p. 16), ao postular que:

Entre todas as conquistas humanas, a linguagem é a que mais contribui para fazer dele um ser humano de fato. Na sua relação com o mundo, a palavra se constitui na melhor representação do potencial simbólico, capaz de fazer a sutura entre o ser, o indivíduo em particular, a sociedade e o quadro de referências que se concretiza em cada objeto, cada indagação e cada posicionamento pessoal. A

linguagem garante ao homem o lugar de locutor, a constituição da consciência e a posição do sujeito que rege a própria vida e reage diante dela. Ela lhe permite considerar o “o outro” como alvo da interlocução, assegurando todas as práticas discursivas e sociais. Pela linguagem, cada um de nós consagra a essência do ser humano, em um constante vir a ser, integrado à condição de “habitantes de um mundo”, por excelência dinâmico e complexo.

Diferentemente da noção estruturalista, que concebe a língua distante da atividade real dos falantes concretos, (SERIOT, 2015), ou seja, como sistema de formas normativas e idênticas, a filosofia da linguagem a concebe como atividade social presente na vida material pelos enunciados criados pelos sujeitos que a utilizam na comunicação social. Esse entendimento é reforçado na explicação de Bakhtin (2016, p. 16-17), que diz: “Ora, a língua passa a integrar a vida através de enunciados concretos (que a realizam); é igualmente através de enunciados concretos que a vida entra na língua”.

Na teoria da Filosofia da Linguagem, a linguagem é, por assim dizer, uma matéria criada pela necessidade e ação humanas e, ao mesmo tempo, condição para o processo de constituição e desenvolvimento do homem. Volóchinov (2013), ao discutir a origem da linguagem, explica que ela não surgiu por uma ação sobrenatural, tampouco foi inventada conscientemente pelos homens de eras remotas. Pelo contrário, linguagem é resultado das necessidades e ações humanas na vida em sociedade, assim, Volóchinov (2013, p. 136) esclarece que ela:

Nascida no processo de luta obstinada do homem contra a

natureza, luta em que o homem estava armado somente com as mãos fortes e instrumentos de pedra toscamente trabalhadas, a linguagem recorreu ao mesmo processo de desenvolvimento que a cultura material, econômica e técnica.

Nesse sentido, o surgimento da linguagem reforça a tese segundo a qual ela é, antes de tudo, uma instância social, construída na própria organização dos eventos humanos e na relação entre os sujeitos sociais. A linguagem, portanto, está em atividade constante organizando o pensamento e amalgamando todos os acontecimentos da vida humana. Volóchinov (2013, p. 141), sobre a origem da linguagem, esclarece que ela “[...] não é um dom divino nem um presente da natureza. É o produto da atividade humana coletiva e reflete em todos os seus elementos tanto a organização econômica como a sociopolítica da sociedade que a gerou”.

Se é verdadeiro que a linguagem está, inevitavelmente, inserida na atividade humana, promovendo relações comunicacionais e interacionais amparadas na alteridade e por meio dos mais diversos enunciados, é igualmente verdade que essa linguagem é uma instância social e humana, e foi capaz, desde os primórdios, de patrocinar a evolução e o desenvolvimento do homem. Volóchinov (2013, p. 139) afirma que “É evidente que se o homem tivesse levado uma experiência isolada, não só não teria tido necessidade de criar uma linguagem, como não teria criado qualquer cultura em geral”.

Amparado nesta teoria, discutimos a linguagem na perspectiva de necessidade humana, como acontecimento social da interação discursiva entre sujeitos e, também, atividade que cria e forma a

consciência pessoal e social de cada ser (VOLÓCHINOV, 2013; 2017). A linguagem é, dessa forma, histórica, dinâmica, social e formadora do sujeito; é, enfim, o mais valioso intercâmbio entre os homens e atua no processo de expressão, interior e exterior, no da vida humana e no de apreensão de tudo que o homem produziu de conhecimento e de cultura na história. Como esclarece Volóchinov (2017, p. 218 e 219), ela é um “acontecimento social da interação discursiva que ocorre por meio de um e de vários enunciados” e, mais adiante, insiste em que “A interação discursiva é a realidade fundamental da língua”.

O SIGNO E A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO

Até aqui, consideramos a linguagem como instância social, resultante das interações e construções enunciativas presentes nos usos cotidianos e responsável pelo processo de construção, expansão e expressão de conhecimentos tempo afora. Agora, se ela possibilita ao sujeito apropriar-se do que fora construído como conhecimento, cumpre-nos expor e refletir sobre o signo linguístico e sua atuação nos sujeitos que o usam. Atuar nos sujeitos significa contribuir com a formação e expansão de sua consciência linguística, individual e social.

A consciência linguística vai se formando no próprio uso da linguagem. A pessoa primeiramente se apropria da linguagem na relação social ao ir compreendendo sua dinâmica interna e externa e mobilizando-a e no processo de uso cotidiano para entender ou expressar o que quer que seja, isto é, atingir seus objetivos como membro de uma sociedade. Essa consciência resulta da compreensão e uso do signo verbal, do que ele comporta e

do que representa para a efetivação da linguagem, sobretudo no tocante à significação, à comunicação e à interação social, assim como diz Ponzio (2016, p. 82) ao afirmar que “A consciência linguística é indissociável das práticas significantes, dos modos segundo os quais se orienta e se organiza a comunicação social; e o caráter e o valor do signo verbal, a sua natureza, se decidem nas próprias práticas significantes”.

A teoria da Filosofia da linguagem nos permite afirmar que o desenvolvimento da consciência linguística atua, no processo de uso da linguagem pelo sujeito, na formação e expansão de sua consciência individual e social. Consciência individual e social de que falamos devem ser entendidas como a parte do ser humano em que virtudes e valores humanos, bem como o conhecimento da cultura humana se formam e são capazes de humanizar e emancipar o sujeito, possibilitando-lhe agir individual e socialmente vida afora. Em 1920, o filósofo Georg Lukács escreveu sobre a necessária tomada de consciência de classe por parte dos proletários para que fossem capazes de perceber perfeitamente a realidade, ou seja, a situação de exploração em que se encontravam e os interesses da burguesia. Nesse turno, Lukács (2003, p. 140,141) esclarece:

Por estudo concreto, entende-se: um relato da sociedade como totalidade. Porque somente neste relato é que a consciência, que os homens podem ter em cada momento de sua existência, aparece em suas relações essenciais. Por um lado, aparece como algo que, *subjetivamente*, se justifica, se compreende e se deve compreender a partir da situação social e histórica, como alguma coisa de “justo”.

Defendemos que é possível aos sujeitos, por meio da linguagem, efetivada pela compreensão e construção de enunciados verbais, refletir sobre sua própria condição no mundo, sobre o papel que cada um pode e deve desempenhar para, assim, agir socialmente. Para isso, é necessário, como recomenda Lukács, que as *relações essenciais* do sujeito na sociedade, por meio da linguagem, atuem em direção à apropriação e à construção das virtudes e valores humanos, bem como de novos conhecimentos, a fim de propiciar a constituição e expansão de sua consciência social.

Quando nos referimos à formação da consciência, seja linguística, individual ou social, não significa que os sujeitos passarão a pensar ou agir do mesmo modo na sociedade. Formar consciências é, antes de tudo, um processo longo e, acreditamos, ininterrupto pelo fato de que o homem, a partir de seu nascimento biológico, salvo algumas exceções, promove trocas na sociedade por meio da linguagem com os da mesma espécie e, com eles, criam cultura.

O trabalho com a linguagem na perspectiva da FL possibilita aos sujeitos mobilizar a linguagem e suas potencialidades de maneira que a consciência linguística, a individual e a social se formem e se expandam no processo de apropriação de conhecimentos, bem como na criação de outros. Esse desenvolvimento tem a força de potencializar o pensamento crítico, modificar e aguçar a forma de compreender a realidade, e atuar na formação e expansão da consciência do sujeito como ser social. A atuação da linguagem nesse desenvolvimento é referendada nas palavras de Vygotsky (2001, p. 486) ao dizer que:

A palavra está para a consciência como o pequeno mundo está para o grande mundo, como a célula viva está para o organismo, como o átomo para o cosmo. Ela é o pequeno mundo da consciência. A palavra consciente é o microcosmo da consciência humana.

Nas palavras do autor russo, fica evidente a atuação da linguagem no processo formativo do sujeito. A consciência individual e a social de que falamos se inserem nessa dimensão humana de que trata o autor, como resultado da formação e expansão daquelas a partir da efetivação do ato de apreender e de criar enunciados verbais presentes no nosso cotidiano.

O intuito de formar e expandir a consciência pela linguagem é a própria pretensão de desenvolver uma educação que faz o aluno primeiramente reconhecer em que lugar se encontra no mundo, bem como suas características pessoais e coletivas, ou seja, reconhecer-se como pessoa para agir socialmente. Ao atingir esse estágio formativo e de desenvolvimento, certamente será livre no mundo, podendo alterar sua condição pessoal e social e daqueles que lhes são próximos.

Em suma, a consciência individual refere-se ao autorreconhecimento, e social ao compreender o lugar que ocupa na sociedade e seu papel nas relações sociais. O desenvolvimento linguístico atua no processo de formação e no de expansão pessoal e social do sujeito, tudo isso decorrente do contato com o signo ideológico e toda a sua carga sgnica.

Dessa relação linguagem-formação, podemos afirmar que a consciência individual e social somente se forma e, conseqüentemente, se manifestam por meio do signo linguístico-ideológico e não o

contrário. Da aprendizagem dos aspectos internos e estáticos da língua, sua gramática, resulta a consciência linguística, e da significação desse signo, a consciência individual e social do sujeito vão se formando. Esse entendimento é consoante ao que explica Sobral (2017, p. 107), ao afirmar que “As situações vividas chegam à consciência individual por meio da linguagem, no âmbito do processo de interiorização do signo ideológico”, logo o uso dessa linguagem potencializa seu conhecimento, bem como a formação da consciência social dos sujeitos.

Esse signo possui uma significação. Se não contiver nele uma massa significativa, não pode ser considerado signo, pois, assim como escreveu (VOLÓCHINOV, 2017, p. 119), “A significação é a função do signo e por isso é impossível imaginar uma significação (que representa uma pura relação, uma função) que exista fora do signo, com um objeto isolado e autônomo”.

Se a formação dos sujeitos passa inevitavelmente pela apropriação e uso dos signos plenos de significações, é necessário, portanto, refletir sobre o processo de constituição dessas significações. Compreender como se forma e se expande a consciência individual, linguística e social do sujeito, a partir da valoração sgnica, tem função importante para a discussão, organização e efetivação do ensino de linguagem.

Na ótica da filosofia da linguagem, o signo é apresentado como ideológico. Todo signo é ideológico, em outras palavras, não há ideologia onde não há signo. (VOLÓCHINOV, 2017). Aqui, tratamos do signo que resulta do processo de interação entre seres socialmente organizados. O signo, portanto, é construído no contexto exterior e se insere na realidade, ora representando ora

refratando-a. Situa-se representando uma ideia, uma ideologia. Dito de outro modo, o signo resulta dos usos empreendidos na comunicação social e carrega consigo uma carga sónica; ou seja, existe signo toda vez que existe significado real para um falante ou grupos de falantes da linguagem. A existência e o valor de um signo são resultado da materialização e efetividade da comunicação na e pela sociedade. Desse modo, é preciso considerar que, (VOLÓCHINOV, 2017, p. 95),

[...] um signo se opõe a outro signo e que *a própria consciência pode se realizar e se tornar um fato efetivo apenas encarnada em um material sónico*. Porque a compreensão de um signo ocorre na relação deste com outros signos já conhecidos; em outras palavras, a compreensão responde ao signo e o faz também com signos. [...] o signo surge apenas no processo de interação entre consciências individuais. (Grifo do original).

Como se nota, o valor de um signo, ou seja, sua própria existência está condicionada à sua significação. Ela pertence ao material ou fenômeno sónico, pois, como explica Volóchinov (2017, p. 119), “a significação sem o signo é uma ficção”. Desse modo, não é possível separar signo e significação. Esta é dependente daquele e é, ainda, a própria substância para que ele exista. Sem o material sónico, ou seja, a matéria significativa, não haveria sentido, tampouco poderia relacioná-lo à constituição da consciência linguística, individual e social do sujeito. Assim, não se pode afirmar que haja signo sem significação. Por essa razão, concordamos com o que escreveu Volóchinov (2017, p. 119 e 120), ao esclarecer que “O signo é um único objeto material, mas a significação não é um objeto

e não pode ser isolada do signo, como se fosse uma realidade independente e existente fora dele”.

Isso posto, a consciência individual e a social, então, se formam a partir da relação que estabelece com as outras consciências por meio da linguagem. À medida que se relaciona com outros interlocutores pertencentes à mesma comunidade linguística, o sujeito desenvolve mais sua condição humana. Isso não quer dizer que desenvolve plenamente valores e virtudes humanas, mas os vai construindo à medida que usa a linguagem. Por ser dinâmica, histórica, cultural e social, ela permite que o ser se relacione, interaja, crie discursos e seja atingido por outros, ou seja, na relação intermediada pela linguagem é que (SÉRIOT, 2015), sua consciência linguística, a individual e a social se formam e se expandem.

Tudo isso diz muito na ótica do ensino da linguagem. Se não é possível separar o signo de sua significação, sob pena de esvaziá-lo por completo, ou seja, não haver razão de existir, a prática docente deve partir do que o signo representa, do que significa, do que expressa nos usos cotidianos. Nesse ponto, a linguagem não pode ser tomada como sistema, mas como fenômeno social carregado de conteúdo sónico. Essa questão será discutida de modo pormenorizado na seção 2 deste artigo, quando discutimos a linguagem na prática docente.

A INTERAÇÃO PELA LINGUAGEM: O SIGNO IDEOLÓGICO COMO CONSTITUIDOR DO EU E DO OUTRO

Na efetivação da linguagem, o sujeito, como ser histórico e social, se constitui e constrói conhecimentos pela interação, a partir de todos os possíveis atos discursivos realizados para estabelecer diálogo com o

outro. Dito de outra maneira, esse processo dialógico com o outro possibilita a ambos não só ter contato com os conhecimentos histórica e culturalmente construídos, apreendê-los, como também expandi-los. Quando da busca do conhecimento científico do objeto estudado, ou seja, do conhecimento da essência desse objeto, essa interação de um para com o outro, pela linguagem, torna-se imprescindível. Afirmamos que essa importância se assenta no fato de que o conhecimento a ser apreendido, bem como o a ser construído têm sua gênese na relação estabelecida entre sujeitos no ato discursivo, consoante ao que explica Petrilli (2013, p.40), para a qual “A dialogicidade é a dimensão constitutiva de qualquer ato ou palavra ou discurso, interior ou exterior, da consciência e do inconsciente”.

A interação a que nos referimos resulta do diálogo entre vozes dos sujeitos, as quais decorrem do próprio ato discursivo, como esclarece Petrilli (2013, p. 54): “O diálogo é diálogo entre vozes – vozes não monológicas e íntegras, mas inteiramente dialógicas e divididas”. É a que ocorre entre dois ou mais seres socialmente organizados, (VOLÓCHINOV, 2017), cuja palavra alcança tanto quem a enuncia como aquele que a responde, nas trocas discursivas presentes na vida em sociedade.

Esse processo de trocas, patrocinado pela palavra e pela sua onipresença social, não só contribui para tornar o sujeito partícipe ativo da dinâmica social, para apreender cientificamente o objeto sobre o qual a interlocução estabelece, como também para humanizar-se. Neste sentido, o conhecimento e uso da palavra (linguagem), tal como apresentada, operam substancialmente para a formação e expansão da consciência individual social do

sujeito. No ensino da linguagem, essa relação precisa ser potencializada.

A linguagem, concebida como humana e social, vai atuando na formação do homem (sua consciência individual, sua personalidade, e social), na relação com o outro porque, como diz GERALDI (2015, p. 85), “Somos cada um com o outro na irrecusável continuidade da história”. Assim, ela opera na construção e expressão de tudo o que existe no bojo das relações humanas, logo, inevitavelmente, deve estar presente em todas as fases e dimensões do processo educacional. É peremptório afirmar que se ela “é produto da atividade humana”, como assevera Volóchinov, a concretização de todas as atividades desenvolvidas no âmbito educacional, bem como o êxito delas, está condicionada a seu uso efetivo.

A linguagem, na dimensão da filosofia da linguagem, é, como já dito, social, dinâmica e se realiza por meio de signos ideológicos nas interações e relações humanas. O conhecimento e uso dos signos, bem como da massa de significação sónica, exercem papel nuclear na constituição do sujeito, pois ao se encontrar em interação constante, ou seja, em diálogo ininterrupto com os outros pertencentes a sua comunidade linguística desenvolve-se individual e socialmente.

A linguagem de que tratamos se efetiva por meio de enunciados verbais construídos pelos sujeitos na dinâmica social de que participam como falantes ou escreventes. No próximo tópico, discutimos o enunciado, seu conceito e sua criação na relação e interação dialógica.

ENUNCIADO: O USO EFETIVO DA LINGUAGEM

Bakhtin (2016), ao discutir linguagem na perspectiva da Filosofia da Linguagem, afirma que ela está presente em todas as atividades humanas. Sobre esta afirmação, pode-se questionar *como é possível algo (a linguagem) estar presente em todos os empreendimentos e situações da vida do sujeito?* O mesmo autor, Bakhtin (2016, p. 11), esclarece que “O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana”, portanto constatamos que a linguagem verbal, para se fazer presente e possibilitar praticamente toda a atividade humana, ocorre por meio de enunciados criados e efetivados pelos sujeitos nas relações discursivas cotidianas. Pode-se pensar que a ação de cortar uma madeira e fazer um banquinho seja possível sem a interferência direta da linguagem, pois trata-se de uma ação mais física que intelectual. No entanto, a compreensão de como fazer o objeto, entre tantas árvores, qual cortar para confeccioná-lo, o conhecimento de como fazê-lo e para qual finalidade, certamente tudo isso foi (e é) resultado da ação da linguagem que possibilitou aos sujeitos a apreensão da cultura já instalada e a construção de novos saberes pelas trocas dialógicas possibilitadas por ela. Se é possível afirmar que uma ação física pode prescindir da linguagem para sua efetivação, a aprendizagem dessa ação não pode ocorrer senão pelas vias do signo linguístico, portanto a linguagem se faz presente, direta ou indiretamente, em todas as ações humanas.

Usar a linguagem é imprescindível ser humano, seja para atender à necessidade de

se expressar, de maneira a se sentir satisfeito consigo mesmo, pelo modo como participa das relações dialógicas em sua comunidade, seja para ir se constituindo como sujeito humanizado. Reafirmamos que o domínio e o uso da linguagem são atividades sociais e humanas, logo, em maior ou menor grau, atuam na formação do ser, (VOLÓCHINOV, 2013; 2017), possibilitando-lhe tornar-se partícipe ativo da sociedade, capaz de incidir livre e positivamente na realidade circundante. Soma-se à questão, o argumento segundo o qual “O enunciado é um núcleo problemático de importância excepcional”. (BAKHTIN, 2016, p. 16).

Essa linguagem, que é resultado das necessidades e ações humanas, manifesta-se ou concretiza-se na dimensão individual e coletiva por meio de enunciados construídos pelos sujeitos falantes ou escreventes na dinâmica efetiva e ininterrupta dos usos que fazem dela no curso da vida em sociedade porque, como afirma Volóchinov (2017, p. 262),

A língua não existe por si só, mas somente combinada com o organismo individual do enunciado concreto, ou seja, do discurso verbal concreto. A língua entra em contato com a comunicação apenas por meio do enunciado, tornando-se repleta de forças vivas e, portanto, real.

Nesse contexto de uso da linguagem, a criação de enunciados pelos sujeitos acontece por meio dos gêneros. Bakhtin (2016) cita os gêneros discursivos secundários e os primários. Estes referem-se ao uso imediato, cotidiano no processo de interação comunicativa, e, aqueles, por serem mais elaborados, criam-se e disseminam-se em condições e ambientes culturais mais complexos. Ao se referir à

importância e à necessidade deles, Bakhtin (2016, p. 39) resume que o processo de comunicação e interação humana poderia não acontecer sem a presença deles, pois “Se os gêneros do discurso não existissem e nós não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo do discurso, de construir livremente cada enunciado e pela primeira vez, a comunicação discursiva seria quase impossível”.

Do processo de interação cotidiana, realizado a partir dos gêneros discursivos para a comunicação efetiva, encontra-se o enunciado, que se estabelece na consecução de atividades sociais e interacionais mediadas pela linguagem. As diferentes situações em que o ato comunicativo se realiza determinam a diferença de sentidos de uma expressão verbal ou não verbal. Assim, como afirma Volóchinov (2013, p. 172), o enunciado “representa sua solução, torna-se sua conclusão valorativa, e ao mesmo tempo, é condição necessária para seu posterior desenvolvimento ideológico”.

Ante o exposto, é peremptório afirmar que todo o intercâmbio comunicativo, todas as relações entre os sujeitos envolvidos no processo de expressão e compreensão da mensagem verbal ou da não verbal, enfim, toda a interação presente na vida moderna só se realiza em sua plenitude por meio de enunciados. Sem eles, todo o contexto, concreto ou subjetivo, presente nas interações e inter-relações não seria possível. Somos levados a afirmar que sem eles, não haveria possibilidade de vida em sociedade (vivência social?) tal qual conhecemos. Esse entendimento encontra ressonância teórica no que escreveu Volóchinov (2013, p. 158) ao afirmar que “a essência efetiva da linguagem está representada pelo fato social da interação verbal, que é realizada por uma ou

mais enunciações”, uma vez que o enunciado se faz presente, em maior ou menor grau, em toda comunicação entre os sujeitos:

Habitualmente respondemos a qualquer enunciação³ de nosso interlocutor, senão com palavras, pelo menos com um gesto: um movimento de cabeça, um sorriso, uma pequena sacudidela de cabeça, etc. Pode-se dizer que qualquer comunicação verbal, qualquer interação verbal, se desenvolve sob a forma de intercâmbio de enunciações, ou seja, sob a forma do diálogo (VOLÓCHINOV, 2013, p. 162).

Ponzio (2016) lembra que o signo verbal não é autossuficiente para a comunicação (expressão e compreensão) realizada pelos interlocutores na linguagem oral. Ou seja, a parte concreta (som) não dá conta de significar o todo compreensível de que precisa o outro para entender a mensagem por necessitar dos fatores extraverbais para compreender o discurso de seu interlocutor. Equivale dizer, portanto, que os sujeitos envolvidos no processo de interação precisam tanto da linguagem, em seu estado concreto, como do contexto situacional para que seja possível realizar intercâmbios comunicativos, a isso é que chamamos de enunciado.

Ponzio (2016, p. 45), esclarece que:

Em geral, o contexto verbal não é nunca suficiente para a compreensão (decodificação) de um texto, por mais “formalizado” que

³ Na tradução do texto, a escolha do tradutor foi *enunciação*, mas em traduções mais recentes, é comum usar a palavra *enunciado*, em vez de *enunciação*. Por essa razão, na citação aparece a *enunciação*, mas nesta tese optei por utilizar sempre *enunciado*.

esse possa ser, mas na linguagem de tipo coloquial a dependência da situação extraverbal está presente em grau máximo.

Assim, reconhecemos o enunciado como uma expressão concreta da linguagem, ou seja, sua forma e sua significação são determinadas pelo processo de interação social. O enunciado é, portanto, considerado no ato expressivo da linguagem como uma categoria superior, como explica (VOLÓCHINOV, 2017, p. 202), “à qual é reduzido o ato linguístico, isto é, o enunciado”.

Enfim, o enunciado está no cerne da comunicação humana, sob a perspectiva da linguagem compreendida como instância social, dinâmica e constitutiva, e possibilita as trocas verbais executadas pelos sujeitos sociais.

A LINGUAGEM NA PRÁTICA DOCENTE

A linguagem é a maior criação humana e tem possibilitado ao sujeito ir se constituindo linguística, individual e socialmente a partir dos usos que faz dela. A escola não pode prescindir de trabalhá-la como fenômeno de natureza social, dinâmica e constitutiva. Nesse sentido, o trabalho com a linguagem passa, inevitavelmente, pela discussão de como promover um ensino em que ela, de fato, cumpra sua função como organizadora do pensamento, como fenômeno de comunicação, de interação, de diálogo e, sobretudo, como construtora do que é e do que pode se tornar o ser humano, potencializando o desenvolvimento dos alunos-sujeitos.

Para se efetivar um ensino de forma coerente e eficaz, de maneira que o aluno consiga mover-se do lugar em que se encontra e agir pessoal e socialmente, a

abordagem deve distanciar-se do entendimento da língua como sistema e centrar na linguagem viva, dinâmica, social e como fenômeno presente nas relações sociais, efetivada pelos enunciados construídos por sujeitos falantes ou escreventes. O ensino da linguagem deve, portanto, seguir o que nos ensina Geraldi (2011, p. 88) ao considerar a linguagem como *corpus* social de interação humana, logo

[...] o ensino de língua portuguesa deveria centrar-se em três práticas: leitura de textos, produção de textos e análise linguística. Essas práticas, integradas no processo de ensino-aprendizagem, têm dois objetivos interligados: a) tentar ultrapassar, apesar dos limites da escola, a artificialidade que se institui na sala de aula quanto ao uso da linguagem; b) possibilitar, pelo uso não-artificial da linguagem, o domínio efetivo da língua padrão em suas modalidades oral e escrita.

Um ensino de fato coerente com a própria natureza da linguagem deve partir tanto da apreensão de enunciados verbais, orais ou escritos, construídos na dinâmica social, por meio dos atos de ouvir e ler, sobretudo, como da construção de outros no processo de interação e diálogo ininterrupto promovidos pelos sujeitos sociais, principalmente pelos atos de falar e escrever. Para alcançar essa finalidade, realizar práticas de linguagem, dentre as quais destacam-se os atos de falar, ouvir, questionar, discutir, argumentar, interagir, dialogar, ler, refletir, reler, escrever, reescrever, entre outras, se faz necessário e urgente.

Ora, se a linguagem é dinâmica, evolutiva no tempo e no espaço, é alterada pelos usos que os falantes e escreventes fazem dela; se é social, por estar presente em

todos os empreendimentos e relações de comunicação e interação humanos; se, enfim, atua na constituição da consciência individual e social do sujeito, como demonstramos até aqui, por que e como ensiná-la devem partir dos usos que as pessoas fazem dela na vida em sociedade. No cotidiano, todos precisam falar, ouvir, interagir, dialogar, ler, reler, escrever, reescrever, portanto, é preciso que o ensino parta dessas práticas e compete à escola, a nós professores, ou seja, a todos diretamente envolvidos com o ato de educar, a tarefa de efetivar a linguagem em atividade como prática recorrente do processo de ensino e de aprendizagem, com vistas à formação da consciência linguística, individual e social dos alunos.

Defendemos que o trabalho com a linguagem precisa mudar sob pena de continuar a formar pessoas que não conseguem compreender além do que está escrito, do que é escutado e do que está diante dos olhos, tampouco entender ou criar enunciados que expressem o que sentem ou pensam sobre a realidade. Praticar incessantemente atos de linguagem em sala de aula é um ato político na medida em que, por meio deles, o sujeito tem possibilidade de alavancar seus conhecimentos acerca do mundo, dos acontecimentos, não apenas conhecê-los, mas entender por que eles acontecem e quais suas consequências na sociedade. Nesse contexto, trabalhar com enunciados, seja ouvindo, lendo, discutindo ou refletindo sobre eles, seja criando-os oralmente ou de forma escrita, é o próprio ato de construir a consciência linguística, individual e social. É o próprio ato de amalgamar a vida social plena.

Como seres linguísticos, somos todos cercados de atos de linguagem que, ao mesmo tempo em que os usamos, porque

participamos da dinâmica social, somos construídos por eles. A retenção do conhecimento e da cultura social e historicamente construídos, bem como sua partilha e construção de outros atos somente é possível por meio da linguagem. Dito de outro modo, não é possível formular uma ideia, uma teoria, expressar sentimentos, emoções e opiniões, estabelecer contato com o outro, entender a realidade ou agir sobre ela à margem da linguagem.

Desenvolver a linguagem nessa perspectiva é levar para a sala de aula enunciados que retratem a realidade, a sociedade, a vida, bem como o aproveitamento dos enunciados criados oralmente ou na modalidade escrita pelos agentes linguísticos presentes na sala ou na escola como um todo – o/a professor/a, o/a aluno/a, o/a diretor/a, o/a palestrante, o/a funcionário/a dos setores que compõem a estrutura escolar, o/a visitante, o pai, a mãe –, enfim, todos que no ambiente escolar se fazem presentes. Todos, direta ou indiretamente em suas peculiaridades de uso, criam enunciados que materializam a linguagem que está sendo usada e que deve ser ensinada ou desenvolvida em sala de aula. Talvez o melhor é usarmos a expressão desenvolver a linguagem, e não ensiná-la, porque os alunos já a sabem, mas, por vezes, falta-lhes desenvolverem-se linguisticamente para absorver tudo o que a linguagem pode propiciar ou conhecimentos para expressarem-se por meio dela.

É preciso levar para sala de aula, na dinâmica e processo de ensino, a realidade linguística das pessoas. Essa realidade encontra-se presente nos enunciados. Por isso defendemos a efetivação das práticas de linguagem. Imaginemos que numa determinada aula no terceiro ciclo do Ensino Fundamental, por exemplo (mas pode ser em

praticamente qualquer nível de ensino), o/a professor/a leve um enunciado sobre o meio ambiente. Se este for lido e, a partir dessa prática, aos alunos for dada a chance de falar sobre seu conteúdo e fazer relação com outros enunciados; se houver possibilidade de concordarem com ou discordarem da opinião do colega; se for trabalhada a capacidade de ouvir, ponderar, refletir sobre as possibilidades significativas presentes no discurso; se os alunos forem levados a criar seu próprio enunciado escrito a partir do que fora lido, ouvido, discutido e refletido, e se essa criação for analisada pelo/a professor/a, sujeito mais experiente e proponente das ações, e discutida com o aluno, de modo que este possa melhorá-la linguisticamente e significativamente; se o aluno for motivado a reescrever, complementando a ideia, trazendo à sua criação outros discursos para com eles dialogar, enfim, enriquecendo seu discurso; se, ainda, puder publicitar seu enunciado escrito para que outros a ele tenham acesso, certamente o processo de ensino e aprendizagem da linguagem cumpriu seu papel de ir formando e expandindo a consciência linguística, individual e social dos alunos.

A prática dos atos de linguagem desenvolvidos, sobretudo ler, debater, escrever, dialogar, reescrever, entre outros, atua substancialmente na formação do aluno, logo ela deve ser atividade recorrente no contexto escolar, de maneira que os alunos passem a criar enunciados, a partir da efetivação de outras práticas: atos de escuta, de fala, de leitura, de interação com outros discursos e de reflexão sobre eles. A prática docente precisa pôr a linguagem no centro do desenvolvimento do ensino. Quando chegar esse momento, afirmamos que cada um terá dado passo importante na formação do sujeito.

Faz-se necessária uma mudança na prática docente no que se refere à compreensão do que seja linguagem e seu ensino. É urgente promover a passagem de um ensino ainda baseado na nomenclatura da palavra ou da frase, sob a perspectiva puramente gramatical, para um estudo para *além* das questões metalinguísticas, cujo foco seja a efetividade da linguagem nos usos cotidianos pelos sujeitos, com o propósito de ensino, como diz Antunes (2009, p. 37), considerar a “língua-em-função, que só ocorre sob a forma de atividade social, para fins da interação e da intervenção humana, acontece inevitavelmente sob a forma da textualidade, isto é, sob a forma de textos orais e escritos, sejam eles breves ou longos”.

Por fim, advogamos em favor da relação existente do trabalho com a linguagem em atividade, presente nos usos que fazemos e necessidades que temos socialmente, e a formação da consciência linguística, pessoal e social dos alunos, realizado a partir das práticas de linguagem. O trabalho com a linguagem nessa perspectiva promove a construção, configuração e reconfiguração do que é e do que pode se tornar o aluno. Pensar, criar e executar em sala de aula atividades que favoreçam os atos de fala, audição, interação, diálogo, leitura, releitura, escrita, reescrita, como as propostas neste artigo é condição *sinequa non* para que a prática docente desenvolva um ensino de linguagem que, de fato, atue na formação integral do ser humano, atuando na formação linguística, individual e social. De outro modo, a prática docente continuará a focar a parte estática e estéril da língua, sua estrutura, distante da linguagem como fenômeno vital que é capaz de tornar o aluno autor de sua história e não objeto dela.

CONCLUSÃO

Neste artigo, além da linguagem, na perspectiva da FL, foram apresentados e discutidos enunciação, signo ideológico e o caráter interacional e dialógico peculiar à sua natureza. Por meio da linguagem, compreendida como fenômeno social em atividade constante realizada pelos falantes e escreventes, aventamos e sugerimos possibilidades para efetivar seu ensino em sala de aula. Neste momento, é salutar retomar o que apresentamos e reforçar a perspectiva de um ensino que, de fato, atue na formação e expansão dos alunos como sujeitos linguísticos e sociais.

A linguagem está no nosso cotidiano. Nós a usamos em praticamente todas as ações que executamos no dia a dia. Ela, por sua natureza social, interacional, dialógica e constitutiva, possibilita que haja trocas entre interlocutores; propicia a construção de conhecimentos e que estes sejam compartilhados; com ela o ser humano formula ideias, teorias, pesquisa, cria cultura e expressa o que deseja. Nesse processo de interação, apreensão e construção cultural, o sujeito vai se construindo linguística, individual e socialmente a partir da formação e expansão de sua consciência. A escola não pode prescindir de conceber e trabalhar a linguagem, na efetivação de seu ensino, apartada dessa realidade. O aluno deve ser levado a ter contato pleno com essa linguagem a partir das práticas de linguagem. Os atos de ler, ouvir, falar, concordar, discordar, pesquisar, escrever, reescrever enunciados verbais são ações que levam o aluno não somente a apreender o que fora construído tempo afora pela humanidade em termos de conhecimentos, empírico ou científico, e cultura, mas também compreender seu lugar no mundo, agir

individual e coletivamente, bem como construir significados que propiciem entender e ressignificar sua vida e a própria realidade.

O ensino de linguagem nessa perspectiva tende a formar sujeitos livres, capazes de analisar os eventos da história, sejam eles pretéritos ou presentes, com competência para entender as motivações deles, com possibilidade de compreender a realidade e incidir sobre ela. Somos levados a constatar que o aluno que desenvolve as práticas de linguagem no processo de ensino e aprendizagem tem maior chance de domínio do signo linguístico, seja para compreender discursos orais ou escritos, seja para expressar verbalmente o que deseja ou que é necessário. Ao mobilizar os usos da linguagem no processo de aprendizagem, o aluno desenvolve o domínio dos aspectos linguísticos, o qual potencializa a formação e expansão de sua consciência individual e social.

Estudar a linguagem distante das manifestações e usos sociais, ou com foco na estrutura gramatical, nos aspectos descritivos e metalinguísticos, é considerar reduzi-la a um produto, algo estável, imobilizado, abstrato. A linguagem não pode ser assim considerada porque é fenômeno social, é atividade manifestada pelas ações humanas por meio dos enunciados criados pelos sujeitos sociais. O estudo fora dessa rota de compreensão se assemelha à situação de uma pessoa que precisa compreender o que lhe é dito e expressar por meio de uma linguagem desconhecida. Sem conhecê-la e não dominando os usos dessa linguagem, não terá êxito.

Dessa analogia, podemos questionar para que ensinamos a linguagem. Para que o sujeito conheça a estrutura – fonemas, palavras, frases, orações, períodos – que a

compõem? Para que saiba atribuir nomes a termos e orações – dígrafo, hiato, sujeito, objeto indireto, adjunto nominal, oração coordenativa assindética, oração subordinada substantiva completiva nominal reduzida de infinitivo? A resposta é taxativa. Não. Deve-se ensinar a linguagem para que o aluno saiba usá-la no cotidiano, conhecendo as possibilidades significativas do signo ideológico para compreender e criar enunciados verbais, orais ou escritos. Deve-se ensiná-la para que seja capaz de desvendar o conteúdo dos discursos presentes na dinâmica da vida em sociedade e com eles dialogar, seja aceitando ou refutando-os, mas construindo novos discursos que amalgamam a realidade. Esse ensino e essa aprendizagem não são apenas necessários, são urgentes.

Quando a prática docente atender a essa necessidade e urgência no tocante ao trabalho com a linguagem em sala de aula, teremos dado passo importante na formação integral do aluno, possibilitando-lhe construir paulatinamente sua consciência linguística, individual e social por meio da linguagem que utiliza.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Irandé. **Língua, texto e ensino:** outra escola possível. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- BAKHTIN, Mikhail (1895 – 1975). **Os gêneros do discurso.** São Paulo: Editora 34, 1ª ed., 2016.
- COLELLO, Sílvia de Mattos Gasparian. **A escola que (não) ensina a escrever.** 2ªed. Revisada – São Paulo: Summus, 2012.
- FIORIN, José Luiz. Argumentação e discurso. **Bakhtiniana.** São Paulo, Número 9 (1): 53-70, Jan./Jul. 2014.
- GERALDI, João Wanderley. (org.) **O Texto na Sala de Aula.** 5. ed. São Paulo: Ática, 2011.
- GERALDI, João Wanderley. **A aula como acontecimento.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2015.
- GERALDI, João Wanderley. **Ancoragens – estudos bakhtinianos.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2015.
- PETRILLI, Susan. **Em outro lugar e de outro modo.** Filosofia da linguagem, crítica literária e teoria da tradução em, em torno e a partir de Bakhtin. São Carlos: Pedro e João Editores, 2013.
- PONZIO, Augusto. **No Círculo com Mikhail Bakhtin.** São Carlos: Pedro e João, 2016.
- SOBRAL, Adail. Ético e estético: na vida, na arte e na pesquisa em Ciências Humanas. *In:* BRAIT, Beth (Org.) **Bakhtin:** conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 5ª ed. 4ª reimpressão, 2017.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral.** Trad. de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 24ª ed. São Paulo: Pensamento-Cultrix, 2002.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral.** Organização de Charles Bally e Albert Sechehaye com a colaboração de Albert Riedlinger. 24ª ed. São Paulo: Pensamento-Cultrix, 2006.
- VOLÓCHINOV, Valentin. **A Construção da Enunciação e Outros Ensaios.** São Carlos: Pedro e João editores, 2013.
- VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e Filosofia da Linguagem:** problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Editora 34, 1ª ed., 2017.